

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VITÓRIA SABRINA SOUZA SILVA

**A GUERRA ÀS DROGAS NA COLÔMBIA (2002-2010): IMPACTO DAS POLÍTICAS
PROIBICIONISTAS DOS EUA NAS AÇÕES DE COMBATE AO NARCOTRÁFICO
COLOMBIANO**

RECIFE
2024

VITÓRIA SABRINA SOUZA SILVA

**A GUERRA ÀS DROGAS NA COLÔMBIA (2002-2010): IMPACTO DAS
POLÍTICAS PROIBICIONISTAS DOS EUA NAS AÇÕES DE COMBATE AO
NARCOTRÁFICO COLOMBIANO**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Victor Tavares Barbosa.

**RECIFE
2024**

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

S586g Silva, Vitória Sabrina Souza.
A guerra às drogas na Colômbia (2002-2010): impacto das políticas proibicionistas dos EUA nas ações de combate ao narcotráfico colombiano / Vitória Sabrina Souza Silva. – Recife, 2024. 41 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Victor Tavares Barbosa.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2024.
Inclui bibliografia.

1. Guerra às drogas. 2. Narcotráfico. 3. Política externa. 4. Colômbia. 5. Securitização. 6. Relações internacionais. I. Barbosa, Victor Tavares. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.) FADIC (2024.2-016)

VITÓRIA SABRINA SOUZA SILVA

**A GUERRA ÀS DROGAS NA COLÔMBIA (2002-2010): IMPACTO DAS POLÍTICAS
PROIBICIONISTAS DOS EUA NAS AÇÕES DE COMBATE AO NARCOTRÁFICO
COLOMBIANO**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Victor Tavares Barbosa.

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Victor Tavares Barbosa

Prof. Dr. Maria Eduarda Dourado

Prof.^a Dr.^a Thamires Costa Rodrigues Lima
UFPE

RECIFE
2024

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, a Deus, que esteve presente comigo durante toda a minha jornada acadêmica, sustentando-me e guiando-me em cada passo. A Ele, toda a minha gratidão por sua infinita graça e direção.

Agradeço profundamente aos meus pais, Graciana e José Geraldo, que sempre acreditaram no meu potencial e investiram incansavelmente na minha formação. Sem o amor, o incentivo e o apoio de ambos, este momento não seria possível. Ao meu pai, meu melhor amigo, obrigada por acreditar nos meus sonhos, muitas vezes mais do que eu mesma, e por estar sempre ao meu lado com palavras de incentivo e apoio incondicional. À minha mãe, sou imensamente grata por cada puxão de orelha, cuidado e pelo amor feroz e protetor de uma verdadeira “mãe loba,” que me moldaram e fortaleceram para enfrentar os desafios da vida.

Minha gratidão também se estende à minha segunda mãe, Maria das Dores, carinhosamente conhecida como Dona Dora, que, com seu afeto, cuidado e suporte incondicional, me deu forças para seguir em frente nos momentos mais desafiadores.

Por fim, agradeço à minha irmã de vida, Kailany Victória, que, desde 2009, tem caminhado ao meu lado, celebrando cada conquista e me apoiando em cada desafio. Sua presença constante foi essencial para que eu chegasse até aqui. Kai, você é a melhor irmã que eu poderia ter.

A todos vocês, dedico não apenas este trabalho, mas toda a realização que ele representa.

RESUMO

A análise das políticas proibicionistas lideradas pelos Estados Unidos desde o século XX, especialmente por meio da estratégia da "guerra às drogas", é essencial para compreender as dinâmicas políticas, ideológicas e econômicas do cenário internacional. Essa política externa norte-americana teve um impacto significativo no combate ao narcotráfico na Colômbia, influenciando o contexto sociopolítico do país e reforçando o caráter securitário das relações internacionais. A militarização, a violência, os deslocamentos forçados e a perpetuação de desigualdades sociais são algumas das repercussões internas geradas por esse fenômeno. Fundamentado na teoria da securitização e no conceito de *overlay* das Relações Internacionais, este estudo analisa como os interesses de segurança nacional dos Estados Unidos foram sobrepostos às dinâmicas locais colombianas, expondo as contradições e os dilemas das políticas antidrogas em um contexto marcado por desigualdades estruturais. O trabalho examina as conexões entre política externa, narcotráfico e os processos históricos que moldaram a relação entre Estados Unidos e Colômbia, refletindo sobre os limites e consequências da internacionalização do combate às drogas. Busca-se oferecer uma perspectiva crítica sobre os impactos dessas políticas na soberania e no desenvolvimento colombiano, contribuindo para o debate sobre estratégias alternativas e mais integradas para enfrentar o narcotráfico.

Palavras-chave: guerra às drogas; narcotráfico; política externa; Colômbia; securitização; relações internacionais.

ABSTRACT

The analysis of the prohibitionist policies led by the United States since the 20th century, especially through the "war on drugs" strategy, is essential to understanding the political, ideological and economic dynamics of the international scenario. This US foreign policy has had a significant impact on the fight against drug trafficking in Colombia, influencing the country's sociopolitical context and reinforcing the security-based nature of international relations. Militarization, violence, forced displacements and the perpetuation of social inequalities are some of the internal repercussions generated by this phenomenon. Based on the theory of securitization and the concept of overlay in International Relations, this study analyzes how the national security interests of the United States have been superimposed on local Colombian dynamics, exposing the contradictions and dilemmas of anti-drug policies in a context marked by structural inequalities. The work examines the connections between foreign policy, drug trafficking and the historical processes that shaped the relationship between the United States and Colombia, reflecting on the limits and consequences of the internationalization of the fight against drugs. The aim is to offer a critical perspective on the impacts of these policies on Colombian sovereignty and development, contributing to the debate on alternative and more integrated strategies to combat drug trafficking.

Keywords: war on drugs; drug trafficking; foreign policy; Colombia; securitization; international relations.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	Metodologia científica.....	8
2	O PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO DO NARCOTRÁFICO NA COLÔMBIA .	10
3	COMO A POLÍTICA EXTERNA DE GUERRA ÀS DROGAS DOS EUA INFLUENCIOU AS AÇÕES DE COMBATE AO NARCOTRÁFICO COLOMBIANO?	21
4	O ACORDO COM AS FARCS	31
5	CONCLUSÃO	37
	REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

A análise das articulações políticas proibicionistas, lideradas pelos Estados Unidos desde o século XX, revela-se fundamental para a compreensão das dinâmicas políticas, ideológicas e econômicas que moldam o cenário internacional. Em especial, a chamada “guerra às drogas” impulsionada pela política externa norte-americana desempenhou um papel central no combate ao narcotráfico, influenciando diretamente as ações do Estado colombiano e o contexto sociopolítico do país.

Esse fenômeno não apenas reforçou o caráter securitário das relações internacionais, mas também gerou profundas repercussões internas na Colômbia, envolvendo aspectos como militarização, violência, deslocamentos forçados e a perpetuação de desigualdades sociais. A partir desse contexto, o presente trabalho busca analisar como a estratégia da "guerra às drogas", formulada e implementada como um pilar da política externa dos Estados Unidos, impactou o combate ao narcotráfico na Colômbia, considerando tanto os aspectos históricos quanto às implicações contemporâneas.

Além disso, este estudo se fundamenta na teoria da securitização e no conceito de *overlay* das Relações Internacionais para compreender como os interesses de segurança nacional dos Estados Unidos foram sobrepostos às necessidades e dinâmicas locais da Colômbia. Ao adotar essa abordagem, o trabalho pretende evidenciar as contradições e os dilemas envolvidos na execução de políticas antidrogas em um contexto marcado por desigualdades estruturais, violência sistemática e desafios ao desenvolvimento socioeconômico.

Por fim, ao explorar as conexões entre política externa, narcotráfico e os processos históricos que definiram a relação entre os dois países, o trabalho busca contribuir para a reflexão sobre os limites e as consequências da internacionalização do combate às drogas, oferecendo uma perspectiva crítica sobre os impactos dessas políticas na soberania e no desenvolvimento da Colômbia. Assim, pretende-se não apenas compreender os desdobramentos dessa relação, mas também analisar criticamente essa estratégia transnacional.

1.1 Metodologia científica

O estudo visa compreender o impacto das políticas proibicionistas dos EUA nas ações de combate ao narcotráfico na Colômbia durante o período de 2002 a 2010. Para alcançar esse objetivo, uma abordagem qualiquantitativa será adotada.

Considerando a complexidade do tema e a necessidade de compreender tanto as percepções quanto os dados objetivos relacionados ao combate às drogas na Colômbia, a implementação desse tipo de abordagem combina o levantamento bibliográfico por meio de teorias, narrativas e percepções e o balanço quantitativo, por meio de dados numéricos e estatísticos. Dessa maneira, será possível realizar uma análise abrangente incorporando os dois tipos de aspectos e responder às questões de pesquisas propostas.

Essa metodologia visa proporcionar uma compreensão abrangente dos impactos das políticas proibicionistas dos EUA nas ações de combate ao narcotráfico na Colômbia, somando uma análise teórica sólida com evidências empíricas coletadas através de uma variedade de fontes e métodos, conforme citado acima. Dessa maneira, é possível garantir uma análise rigorosa e fundamentada.

Em um primeiro momento, a pesquisa se baseará em uma revisão bibliográfica ampla sobre o tema, com ênfase na Teoria de Securitização, desenvolvida pela Escola de Copenhague e os conceitos de *overlay*. Através disso, haverá uma contextualização e uma avaliação crítica dos dados coletados, explorando como os conceitos acima citados têm relação com a questão apresentada e como explica as dinâmicas observadas.

Em seguida, serão realizados levantamentos estatísticos para analisar a influência do narcotráfico durante esse período, o aumento da militarização na região e o financiamento proporcionado pelos EUA. Esses dados serão obtidos de documentos oficiais dos governos envolvidos, da ONU e pesquisas realizadas por órgãos interessados, permitindo uma análise quantitativa detalhada.

É através desse banco de dados obtido que a pesquisa terá uma base robusta para a observação dos fenômenos estudados, explorando as relações e impactos abordados no estudo. Em resumo, buscando a melhor maneira para investigação do

tema, a metodologia proposta combinará uma revisão teórica e quantitativa com a coleta de dados secundários, oferecendo uma análise detalhada e abrangente do tema.

2 O PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO DO NARCOTRÁFICO NA COLÔMBIA

Neste trabalho, será realizada uma análise aprofundada das políticas externas dos Estados Unidos, que adotam um caráter proibicionista no combate ao narcotráfico, e sua significativa influência sobre a Colômbia. A discussão se concentrará na securitização do combate às drogas, destacando como as diretrizes norte-americanas moldaram a abordagem colombiana em relação ao fenômeno do narcotráfico.

É necessário compreender a origem da securitização do tema e como esses projetos de “tolerância zero” à comercialização de drogas geram sérias consequências como corrupção e violência e, muitas vezes, são apenas para proteger os próprios interesses do país que implementa esse tipo de combate. Em outras palavras, a securitização de um assunto permite que se justifique o uso da força, suspensão de direitos, embargos, intervenção direta em Estados soberanos e etc., dando margem para países influentes usufruírem do contexto para atingirem seus interesses.

Com o objetivo de atrair atenção para o tema, a pesquisa irá apontar de que maneira a política externa dos Estados Unidos, especialmente a estratégia da “guerra às drogas”, impactou as ações de combate ao narcotráfico na Colômbia.

Durante os anos 70, foi possível observar que novos debates foram inseridos nas relações internacionais, por consequência dos marcos da época como Guerra Fria, Guerra do Vietnã, Crise do Petróleo, fim do sistema Bretton Woods, dentre outros, que modificam a estrutura global e o comportamento sócio-político internacional (Keohane, 1984). Um desses novos debates é o Narcotráfico, que ganha dimensão globalizada e é encarado como questão de segurança e saúde pública de primeiro instante e, posteriormente, como fator econômico também.

Portanto, foi necessário ampliar o debate da segurança, passando a considerar novos meios que deveriam ser observados no momento de analisar a questão securitária, logo os autores da Escola de Copenhague “afirmaram que a segurança, além de não se tratar só de Estados, tratava de todas as coletividades humanas e não deveria focar somente nos conflitos advindos do meio militar ou político. Seria preciso

considerar que a segurança seria afetada em outros setores como o econômico, o social e o ambiental.” (Tanno; Buzan; Waeaver; Wilde, 1998, *apud* Lino, 2021, p. 14).

É interessante observar que o consumo de drogas é tratado predominantemente como algo a ser exterminado, proibido e/ou controlado, porém nota-se que desde o início da trajetória humana “os seres humanos possuem uma relação longa e complexa com as drogas, usando, comendo, bebendo, inalando, mascarando ou injetando substâncias com efeitos estimulante, sedativo, euforizantes ou alucinógenos. Apesar disso, as crenças envolvendo os efeitos potencialmente destrutivos das drogas influenciaram na demanda por medidas das autoridades, as quais devem controlar e proibir o seu acesso, para o bem do indivíduo e o bem de todos” (Pryce, 2012, p. 2-4 *apud* Gonçalves, 2016, p. 23).

A Colômbia, já nos anos 70, tinha seu território utilizado majoritariamente para transformação da pasta de coca em substância psicoativa e para a exportação da droga promovida por redes de tráfico de drogas, que atuavam à margem da legalidade (Closs, 2017). Antes desse período, o país já era referência na plantação, comercialização e exportação de maconha (Hylton, 2010). Essa prática ganha espaço no Estado latino-americano em um contexto de desigualdade social, desemprego e violência, e se torna um dos principais exportadores de psicoativos da época, tendo nomes como Pablo Escobar e Carlos Lehder, os maiores traficantes do país considerados por muito tempo como dois dos homens mais ricos, perigosos e poderosos do mundo.

Em face do esvaziamento de ameaças tradicionais à segurança e do avanço do narcotráfico em praticamente todos os continentes, o mesmo passou a ser percebido como uma das mais importantes ameaças à segurança dos Estados, tendo se inserido na agenda política do continente americano de forma intensa, em razão de nele se situarem os principais produtores e maior mercado de cocaína, além de outras drogas ilegais (FILHO E VAZ, 1997, p. 20).

O narcotráfico se apresenta como uma questão complexa e de caráter internacional, uma vez que transcende as fronteiras nacionais, exigindo em diversos casos a cooperação entre países para sanar a problemática. Isso porque envolvem vários territórios onde as substâncias são produzidas, onde transitam e onde são

consumidas. A relevância do assunto é denunciada quando constata-se que o tráfico de narcóticos pode atingir quantias absurdas de lucro. Segundo a Global Financial Integrity (2017) é uma das atividades mais lucrativas do mercado ilícito global, gerando valores estimados entre 426 bilhões e 652 bilhões de dólares por ano. Vale ressaltar que o fluxo desse fenômeno não se resume apenas a produção, o trânsito e o consumo de drogas, mas também redes complexas de criminalidade organizada que vão além das limitações domésticas.

Conforme McGirr (2015), os Estados Unidos, por outro lado, apresentam um comportamento conservador desde o século XIX, exemplificado pelas ligas de temperança — grupos puritanos organizados que buscavam a erradicação do consumo de álcool, jogo e prostituição. Entre as décadas de 1920 e 1930, observou-se também movimentos de repressão a esse tipo de consumo, culminando na vigência da Lei Seca, que proibia a produção e distribuição de bebidas alcoólicas. Essa proibição, no entanto, teve como consequência a expansão do mercado clandestino, o fortalecimento de organizações criminosas, como a máfia, e a obtenção de altos lucros com a venda ilegal de bebidas. Apesar das diversas manobras para reprimir e proibir o consumo de substâncias psicoativas, de acordo com o G1 (2012), os Estados Unidos figuram como um dos países que mais consomem drogas no mundo, evidenciando um comportamento contraditório em relação às suas ideologias.

A securitização das drogas ilícitas e sua interpretação ajudam a explicar a durabilidade da "guerra às drogas". BERTRAM et al. (1996) afirmam que o paradigma punitivo ou proibicionista define as drogas ilícitas como algo prejudicial que deve ser erradicado. Ele identifica como origem do problema o fato de que as drogas são baratas e facilmente acessíveis, e propõe como soluções a punição, a coerção e a proibição. Esse paradigma, ao ser estabelecido, delimita os limites do debate político sobre o tema e a viabilidade (ou a impossibilidade) de políticas específicas. Tradicionalmente, as estratégias adotadas combinaram interdição, erradicação, combate a organizações de tráfico de drogas nos países produtores e criminalização e prisão nos Estados Unidos, com foco reduzido em tratamentos e programas educacionais.

Dessa forma, é possível identificar a origem da abordagem adotada pelos Estados Unidos, uma das maiores potências mundiais, que historicamente assume uma postura proibicionista em relação às drogas. Esse enfoque enquadra o debate sobre o narcotráfico no eixo da segurança, resultando em políticas governamentais de caráter repressivo e militarizado para combater tanto o uso quanto o tráfico de substâncias ilícitas.

Com o avanço do fenômeno do tráfico internacional de drogas na Colômbia, os Estados Unidos passaram a priorizar essa questão, enxergando-a como uma ameaça à segurança global. Isso marcou o surgimento de uma série de políticas públicas voltadas ao combate ao narcotráfico, evidenciando a capacidade do país de influenciar a política interna e externa de nações mais dependentes, por meio de intervenções diretas.

A priori, é necessário compreender os conceitos de segurança e securitização. Waever (1995) discute a complexidade do conceito de segurança, destacando sua transformação em um tema político e social. O autor argumenta que a segurança vai além da simples proteção contra ameaças; ela também envolve a construção de narrativas que moldam a percepção de risco. Waever enfatiza o processo de "securitização", pelo qual determinadas questões são elevadas ao status de segurança por meio de discursos que mobilizam respostas emocionais e políticas. A ideia central é que a segurança é um fenômeno social e político, não se limitando ao aspecto militar

O conceito de securitização destaca como o discurso utilizado pelos Estados e outros agentes de poder serve para justificar ações e decisões (Waever, 1995). Por meio de "atos de fala", os atores estatais moldam a percepção pública de certos problemas, não com base em avaliações objetivas, mas influenciados por fatores históricos, políticos, sociais e culturais (Lipschutz, 1995). Quando um problema é declarado uma ameaça, o Estado justifica a necessidade de medidas extraordinárias e o direito de usar qualquer estratégia, incluindo o uso da força.

Assim, a securitização permite que o Estado controle o tratamento de questões específicas, afastando-as do debate público, onde normalmente seriam discutidas de

forma democrática, com a consideração de alternativas políticas. Em vez de se concentrar na identificação de ameaças objetivas, a securitização foca em como certas questões são rotuladas como ameaças à segurança e os efeitos desse processo.

Waeber define a segurança como um conceito complexo que vai além da simples proteção física. Ele apresenta a ideia de "securitização", um processo no qual certas questões são enquadradas como ameaças à segurança, permitindo a adoção de medidas extraordinárias. O autor sublinha o papel crucial do discurso na identificação do que é considerado uma ameaça, fazendo uma distinção entre segurança como um estado de ser e como um fenômeno discursivo.

No primeiro caso, refere-se a uma condição em que um grupo ou sociedade se sente resguardado contra ameaças, caracterizando um estado de tranquilidade e a ausência de medo em relação a perigos, sejam eles externos ou internos. Essa noção é mais objetiva e está relacionada a realidades materiais, como a segurança física, política e econômica. O segundo conceito, por sua vez, envolve a construção de narrativas e discursos que determinam o que é percebido como uma ameaça. Nesse contexto, a segurança é moldada pela linguagem e pela comunicação. Através do discurso, questões como imigração, terrorismo ou mudanças climáticas são apresentadas como temas de segurança, mobilizando reações emocionais e justificando ações políticas ou militares. Esse processo é subjetivo e está profundamente enraizado no contexto cultural, político e social em que ocorre.

Pode-se observar esse segundo fenômeno quando a postura repressiva é formalizada, em 1971, quando o então presidente Richard Nixon anuncia a política de "guerra às drogas". Em seu discurso, Nixon declara que o uso abusivo de drogas era o inimigo número um dos Estados Unidos, sinalizando um compromisso com medidas severas para enfrentar o problema. É justamente nesse momento que se inicia o processo de securitização do referido tema, como aborda Waeber.

Além disso, Waeber aponta que a noção de segurança pode ser empregada para justificar políticas que podem infringir direitos, o que levanta preocupações sobre abusos de poder. Por fim, ele argumenta que uma análise crítica da segurança deve

considerar não apenas as ameaças em si, mas também como as narrativas de segurança influenciam a formação de sociedades e suas políticas. Essa perspectiva oferece uma compreensão mais abrangente de como as questões de segurança são construídas e percebidas.

Torna-se indispensável definir o que constitui ou não uma questão de segurança. Nesse sentido, os estudos de segurança devem buscar compreender os processos pelos quais determinados temas passam a ser percebidos como ameaças e, conseqüentemente, inseridos na agenda de segurança. Segundo os teóricos da Escola de Copenhague, as questões de segurança são resultados de práticas sociais e não podem ser plenamente compreendidas a partir de um único setor analisado de forma isolada.

De acordo com Tanno (2003), os autores da Escola argumentam que uma questão passa a ser percebida como de segurança não necessariamente por representar uma ameaça existencial concreta, mas porque é socialmente construída e apresentada como tal, reforçando a dimensão subjetiva desse processo.

Segundo Buzan e Hansen (2009), os estudos da Escola de Copenhague propõem uma visão ampliada da segurança, que vai além do setor militar e se concentra na lógica da segurança para diferenciar questões políticas de temas ligados à segurança nacional ou internacional. Esses estudos utilizam uma agenda abrangente, envolvendo diferentes setores para analisar casos, considerando tanto ameaças existenciais quanto medidas de emergência. Nesse contexto, os autores ressaltam a distinção entre ameaças politizadas, que permanecem no campo político, e ameaças securitizadas, que são tratadas como riscos urgentes que demandam ações excepcionais. A securitização, por sua vez, é vista como uma forma extrema de politização, onde questões específicas são apresentadas como ameaças graves, justificando a adoção de medidas fora das regras tradicionais.

Portanto, entende-se que a securitização de um tema não é simplesmente uma questão objetiva de segurança, mas sim uma construção social que pode ser realizada através do discurso político, onde autoridades irão se mobilizar acerca da questão, denunciando sua gravidade e ameaça. Isso envolve estimular o levantamento de

recursos e atenção para o tema a ser securitizado para, assim, lidar com o problema de maneira assertiva.

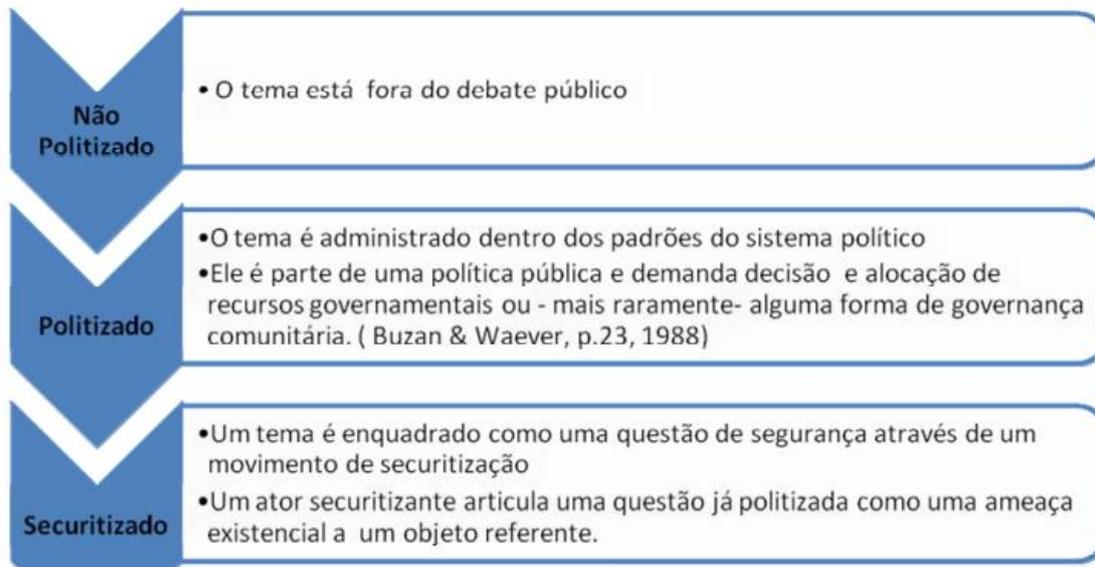
De acordo com Buzan, Wæver e Wilde (1998), o significado de um conceito está profundamente enraizado em seu uso prático, em vez de ser definido por abordagens analíticas ou filosóficas ideais. Nesse sentido, o conceito não é delimitado pelo que as pessoas conscientemente acreditam que ele significa, mas, sim, pela forma como ele é empregado de maneira implícita em determinados contextos e não em outros. Essa perspectiva ressalta que a compreensão de um termo é moldada por seu uso social e político, o que influencia diretamente sua interpretação e aplicação.

No campo da segurança internacional, os autores destacam que uma questão é considerada de segurança não necessariamente por causa de uma ameaça objetiva, mas devido à maneira como ela é apresentada e utilizada discursivamente. A análise textual sugere que questões designadas como problemas de segurança internacional passam a receber atenção prioritária e são tratadas como se exigissem respostas urgentes e inquestionáveis, frequentemente deslocando o debate público e político para uma abordagem de emergência e excepcionalidade.

Nesse contexto, uma questão pode ser classificada de diferentes formas, dependendo de seu grau de envolvimento com a política e com a atuação do Estado. Uma questão é considerada não politizada quando não há envolvimento estatal, ou seja, não gera necessidade de debate ou decisão pública, sendo tratada como algo fora da esfera política. Quando uma questão se torna politizada, ela exige uma decisão do governo e entra na agenda de políticas públicas, o que implica em discussões e deliberações sobre como resolvê-la dentro do quadro institucional normal.

Já uma questão securitizada é vista como uma ameaça existencial, algo que representa um risco imediato e grave, o que justifica a adoção de medidas urgentes e excepcionais, frequentemente fora do processo político convencional, como o uso de força ou outras ações extraordinárias para lidar com a situação. Assim, a securitização transforma um problema comum em uma emergência que necessita de respostas rápidas e, muitas vezes, de caráter autoritário ou fora das normas democráticas habituais:

Tabela 1 - O processo de securitização.



Fonte: Ferreira, Renata Barbosa; Herz, Monica. A ONU e a OMS no divã: o movimento de securitização do trauma em processos de reconstrução de Estados pós-conflito. Rio de Janeiro, 2010, 323 p. Tese de Doutorado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

É importante ressaltar que essa é uma ferramenta política poderosa, pois o processo de securitização não se baseia apenas em um recurso técnico, mas também numa estratégia política, que tem capacidade de gerar grandes movimentações dentro do âmbito nacional e internacional. Isso ocorre porque a securitização não apenas justifica ações extraordinárias, como políticas mais rígidas ou militarizadas, mas também molda a percepção pública e influencia a agenda política global.

Segundo Buzan, Weaver e Wilde (1998), a securitização não ocorre apenas pela violação de normas ou por ameaças existenciais isoladas, mas por situações em que ameaças existenciais justificam a ruptura das normas estabelecidas. é um processo que vai além de simplesmente identificar uma ameaça existencial ou quebrar as regras. Para que a securitização ocorra, é necessário que uma ameaça seja apresentada como tão grave e urgente que justifique a adoção de medidas extraordinárias, frequentemente fora das normas ou regras convencionais.

Por exemplo, em situações securitizadas, um problema pode ser classificado como uma ameaça à existência (como terrorismo, pandemias ou crimes transnacionais). Essa classificação permite que os atores envolvidos (geralmente o

Estado) justifiquem ações que, em circunstâncias normais, seriam vistas como inadequadas, ilegais ou autoritárias. Isso pode incluir medidas como a suspensão de direitos civis, uso de força militar, ou implementação de políticas emergenciais que não passam pelos canais normais de debate democrático.

Portanto, a securitização ocorre na interseção entre a apresentação de uma ameaça existencial e a justificação de medidas excepcionais que rompem com as regras tradicionais. É um processo político e discursivo, onde o sucesso da securitização depende de convencer o público ou outros atores políticos da necessidade dessas ações extraordinárias.

Segundo Bigo (2008), os Estados Unidos demonstra uma pauta política que denuncia uma insegurança permanente desde o acontecimento do 11 de setembro, em 2001, influenciando o restante do mundo a adotar políticas que convergem com sua perspectiva de combate ao terrorismo. Foi através desse discurso que a guerra às drogas na Colômbia se tornou agenda global e o narcotráfico passou a ser enxergado como terrorismo. Isso se agrava quando um dos maiores grupos guerrilheiros colombianos, FARC, foi taxado como grupo terrorista e diretamente ligado ao narcotráfico.

Por isso, notou-se a necessidade de trazer o conceito de *overlay*, também desenvolvido pela Escola de Copenhague, que conforme discutido por Buzan & Wæver (2003), pois é fundamental para compreender como potências externas podem exercer influência dominante sobre um complexo regional de segurança. Essencialmente, o *overlay* ocorre quando os interesses de uma potência externa são tão penetrantes e abrangentes que alteram profundamente as dinâmicas locais de segurança e política. Assim como afirmam Buzan e Wæver (2003), os interesses da potência vão além da simples penetração e acabam dominando uma região de tal forma que o padrão local de relações de segurança deixa de funcionar.

E, no contexto contemporâneo, o conceito de *overlay* pode ser aplicado a diversas situações, incluindo intervenções militares, influência econômica e política em regiões estratégicas, e até mesmo o impacto de grandes potências sobre acordos de segurança e alianças regionais. Dessa forma, é possível investigar como os

Estados Unidos, uma grande potência mundial, pode moldar e influenciar profundamente as dinâmicas de segurança e política em um país frágil, como a Colômbia, podendo trazer consequências duradouras para a soberania do país.

A ideia de sobreposição é assistida quando os Estados Unidos, ao enquadrar as FARC como um grupo terrorista e ao vinculá-las ao narcotráfico, alinham o conflito colombiano com suas próprias prioridades de segurança internacional. Isso permite aos EUA justificar seu apoio militar e financeiro como parte de uma estratégia mais ampla de combate ao terrorismo e ao tráfico de drogas.

Justamente, argumenta-se que o overlay vai além da simples penetração de uma potência em uma região, isso porque os padrões tradicionais e domésticos de segurança deixam de ser determinantes, substituídos pelos interesses e pelas estratégias da potência externa que está dominando.

De acordo com Buzan e Waever (2003), o overlay ocorre em determinadas regiões quando a presença de uma potência externa é tão dominante que as dinâmicas de segurança locais são subordinadas aos seus interesses. Os autores definem esse fenômeno como a situação em que os interesses dessa potência não se limitam a uma simples influência, mas passam a dominar a região de tal forma que as relações de segurança locais deixam de seguir seus próprios padrões.

Esse fenômeno vai além da simples influência; ele representa uma alteração profunda na configuração regional, na qual as relações de segurança que anteriormente seguiam lógicas e padrões locais, passam a ser moldadas ou controladas pelos interesses externos. Para os autores, o overlay resulta em uma reconfiguração da segurança regional, em que a política de segurança dos Estados locais é fortemente alinhada com os objetivos e diretrizes da potência dominante.

Esse alinhamento se dá de tal maneira que as potências externas não só interferem nas questões de segurança, mas sua presença pode se materializar por meio da instalação de forças armadas no território regional e pela transformação da estrutura de alianças e relações políticas dentro dos Estados locais. Além disso, a transição de um padrão local de segurança para um que depende de influências

externas é uma característica importante desse processo, pois representa uma mudança estrutural e de poder no sistema internacional regional.

Essa sobreposição causou, no governo Uribe, uma militarização exacerbada do conflito, focando essencialmente na abordagem securitizada e deixando de lado as políticas públicas e socioeconômicas para resolver as raízes locais e sociais da causa.

Pécaut (2001) alerta para o risco de ingerência estadunidense nos assuntos internos da Colômbia, um processo que se dá através da internacionalização do conflito e da visão de que o país é um Estado falido, incapaz de resolver suas próprias questões.

Portanto, a intervenção estrangeira, especialmente de potências como os Estados Unidos, pode ser percebida como uma ameaça à soberania nacional e à capacidade de autodeterminação de um país. O forte envolvimento dos EUA na política de segurança pode comprometer a capacidade do governo colombiano de definir suas próprias políticas e estratégias de maneira independente, especialmente no contexto do conflito armado interno.

3 COMO A POLÍTICA EXTERNA DE GUERRA ÀS DROGAS DOS EUA INFLUENCIOU AS AÇÕES DE COMBATE AO NARCOTRÁFICO COLOMBIANO?

O tráfico de drogas ilícitas não apenas desempenhou um papel central nas relações entre Colômbia e Estados Unidos ao longo das últimas três décadas, mas também se configurou como um dos principais catalisadores de uma transformação mais ampla na agenda de política externa norte-americana e na estrutura política e econômica da Colômbia, sendo uma questão amplamente impulsionada pela expansão das organizações de narcotráfico na Colômbia durante os anos 1980 e pelo crescente interesse dos Estados Unidos em combater o consumo de entorpecentes, bem como os crimes e a violência associados a essa prática (CRANDALL, 2002). Esse contexto gerou pressões significativas para o fortalecimento de iniciativas bilaterais de combate às drogas, baseadas em um modelo repressivo que combinava esforços militares e econômicos, mas que frequentemente desconsiderava os impactos sociais e estruturais no país produtor.

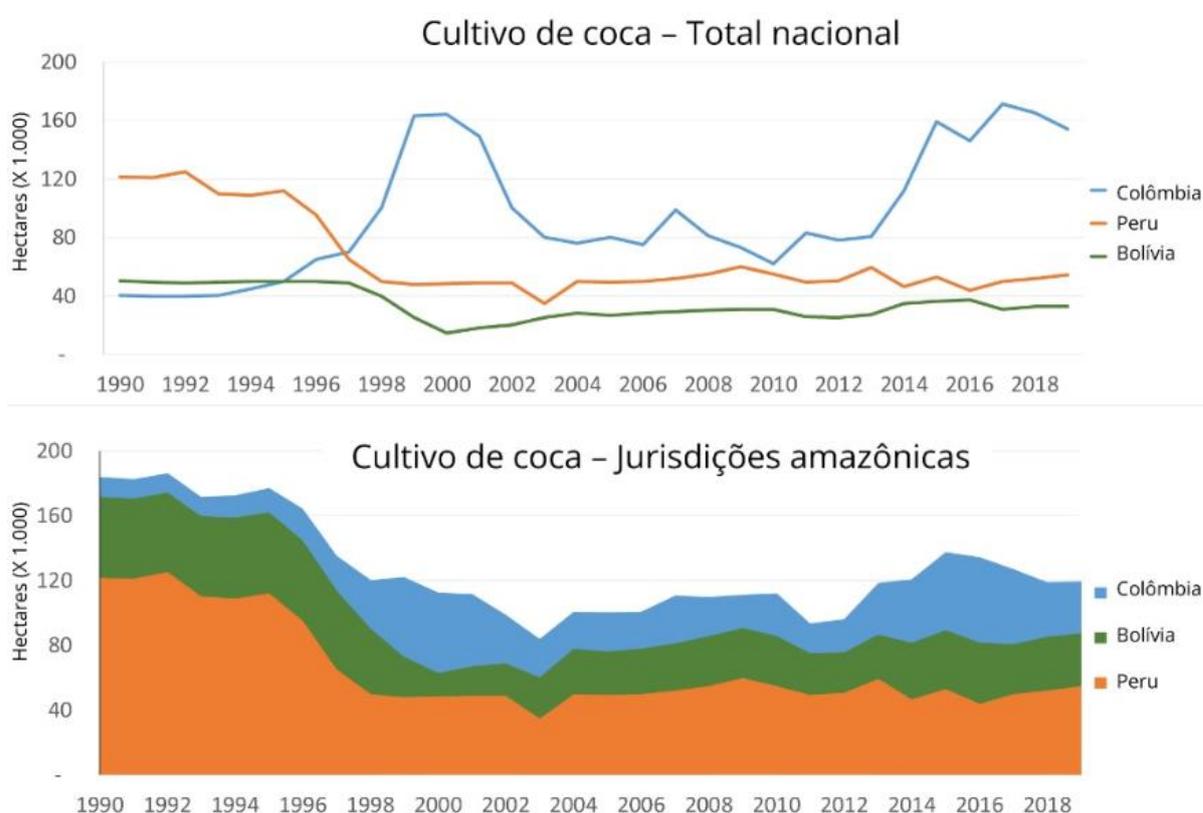
Devido à dimensão dessa problemática, são elaboradas e implementadas iniciativas estratégicas por parte do governo norte-americano, destacando-se, a Iniciativa Andina, introduzida em 1989 pelo então presidente George H. W. Bush, no contexto do final da Guerra Fria, marcando o início de uma relação bilateral mais estreita no contexto do combate às drogas.

Essa iniciativa colocou a Colômbia em uma posição de destaque na agenda de política externa dos Estados Unidos, refletindo uma abordagem que combinava esforços para conter o narcotráfico com preocupações geopolíticas mais amplas. Desde então, a chamada "guerra às drogas" na Colômbia tem dependido de maneira significativa do apoio financeiro, técnico e militar dos Estados Unidos. Além de fornecer assistência direta, os EUA também influenciaram profundamente as estratégias colombianas de combate ao tráfico, incluindo operações de erradicação de cultivos ilícitos, iniciativas de interdição e programas de substituição de cultivos.

Esse relacionamento, porém, não se limitou ao apoio unilateral, mas também moldou a dinâmica política e social interna da Colômbia, gerando debates sobre soberania, direitos humanos e os impactos de longo prazo dessas políticas no campo e nas populações mais vulneráveis. O estreito vínculo entre os dois países na luta

contra as drogas demonstra como questões de segurança transnacional podem definir as prioridades das relações bilaterais, com efeitos duradouros na estabilidade e desenvolvimento regional.

Segundo o relatório da *Government Accountability Office* (GAO, 2008), a produção de coca na Colômbia registrou um aumento significativo de aproximadamente 50% entre 1996 e 1998, consolidando o país como o maior produtor mundial dessa planta, matéria-prima essencial para a fabricação de cocaína. Esse crescimento foi resultado direto de transformações profundas na estrutura de produção de coca durante meados da década de 1990, marcadas pela migração dos cultivos de países vizinhos, como Peru e Bolívia, para o território colombiano.

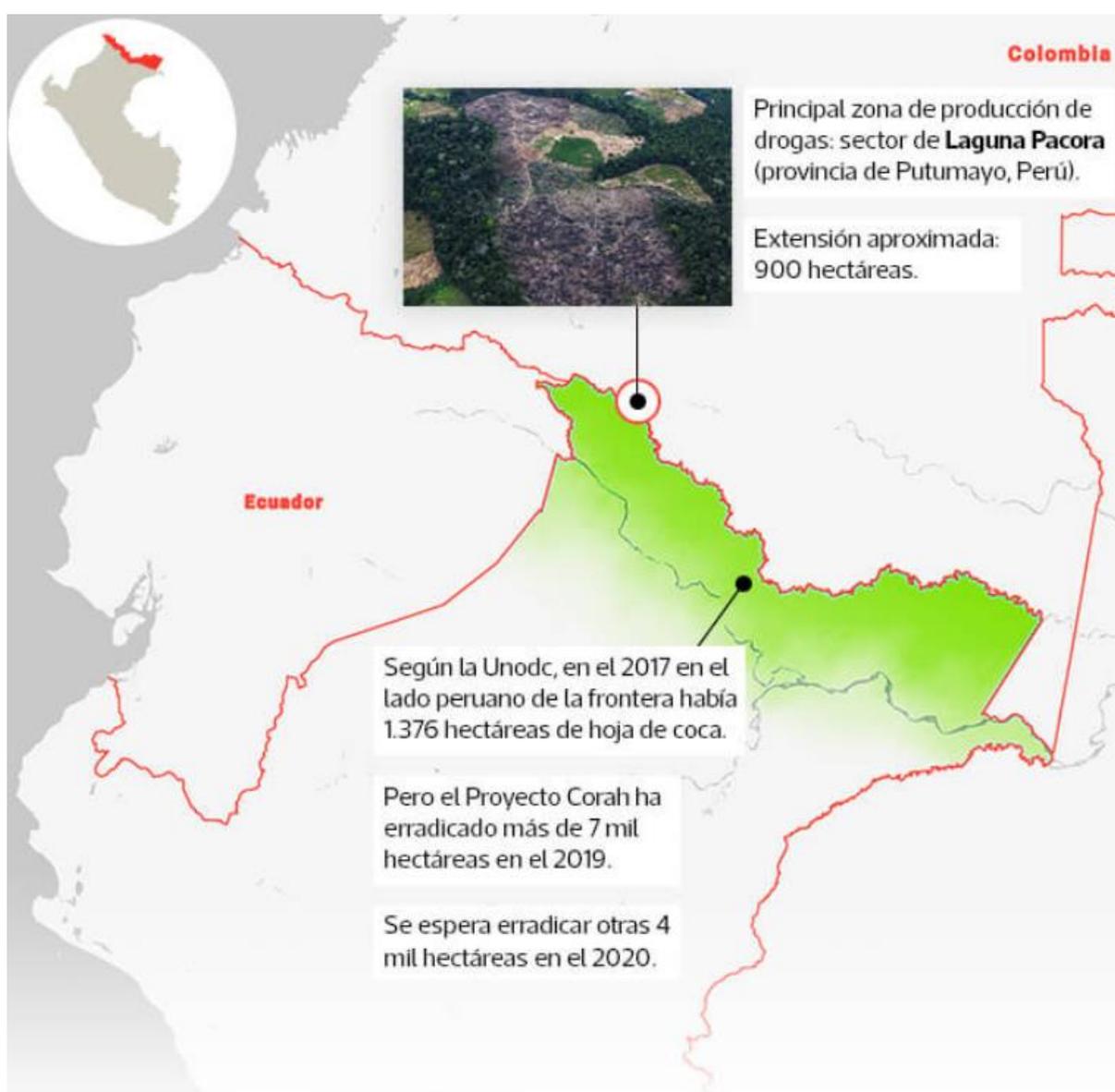


Fonte: *Mongabay Brasil*, 2023.

Esse deslocamento geográfico foi impulsionado por diversos fatores, sendo o principal deles o relativo sucesso das campanhas de erradicação e interdição realizadas nos países andinos vizinhos. No Peru e na Bolívia, operações intensivas de combate ao narcotráfico enfraqueceram significativamente a produção local de coca e desarticularam rotas tradicionais de transporte da droga. Um elemento decisivo foi o colapso das rotas aéreas que conectavam esses países à Colômbia, forçando os

cartéis a reorganizarem sua cadeia de produção e a transferirem suas operações para áreas menos expostas à fiscalização.

Na Colômbia, mais da metade da produção de coca ficou concentrada no departamento de Putumayo, uma região estratégica e de difícil acesso, amplamente controlada por grupos armados ilegais, incluindo guerrilhas e paramilitares. Esses grupos encontraram nos cultivos de coca uma importante fonte de financiamento para suas atividades, seja por meio da cobrança de "impostos" aos produtores ou pela gestão direta de laboratórios de processamento e logística de transporte.



Fonte: El Comercio, 2023

O aumento da produção de coca na Colômbia durante esse período teve impactos amplos e complexos, tanto no cenário interno quanto internacional. Internamente, contribuiu para a intensificação dos conflitos armados e da violência no campo, com a disputa pelo controle de territórios e rotas de tráfico. Externamente, reforçou a preocupação dos Estados Unidos e de outros países consumidores com a proliferação de drogas ilícitas, levando à intensificação de estratégias transnacionais.

Durante o governo de Álvaro Uribe, entre 2002 e 2010, ficou evidente um alinhamento estratégico com os interesses dos Estados Unidos, especialmente no contexto da política de segurança e combate ao narcotráfico na região Norte-andina. Esse alinhamento resultou em uma intensificação da presença norte-americana na Colômbia, tanto em termos econômicos quanto políticos e militares. Entre os anos de 2000 e 2006, o país recebeu aproximadamente 8,69 bilhões de dólares em recursos provenientes dos Estados Unidos, destinados principalmente ao fortalecimento do Plano Colômbia, uma iniciativa concebida para combater o tráfico de drogas e insurgências armadas (Beittel, 2011).

Essa parceria aprofundou a dependência colombiana de recursos externos para lidar com os desafios internos, ao mesmo tempo em que posicionou a Colômbia como um aliado estratégico dos Estados Unidos na América Latina. O aporte financeiro foi usado para financiar operações militares, programas de erradicação de cultivos ilícitos e reformas no setor de segurança, consolidando a influência dos Estados Unidos na formulação das políticas de segurança do governo colombiano. Além disso, o Plano Colômbia trouxe repercussões regionais, sendo interpretado por alguns países vizinhos como um elemento de militarização e uma forma de interferência externa, acirrando tensões geopolíticas na região (Pérez; Cruz, 2020).

De acordo com Coletta e Rosin (2004), as políticas antidrogas implementadas na América Latina ao longo das últimas décadas foram fortemente influenciadas por pressões dos Estados Unidos, que impuseram uma abordagem padronizada e uniforme na região. Essa influência limitou a capacidade dos países latino-americanos de desenvolverem soluções adaptadas às suas realidades locais, muitas vezes ignorando as especificidades culturais, sociais e econômicas de cada nação.

Essa abordagem centralizada não apenas desconsidera as dinâmicas internas de cada país, como também dificulta a implementação de estratégias mais inovadoras e menos repressivas, que poderiam priorizar ações de saúde pública, desenvolvimento econômico e fortalecimento das comunidades afetadas pelo narcotráfico. O impacto dessa política é visível nas desigualdades estruturais que persistem na região, muitas vezes exacerbadas pelo enfoque exclusivamente repressivo, que resultou em altos índices de violência e criminalização, sobretudo das populações mais vulneráveis.

Conforme afirma Crandall (2004), praticamente todas as questões bilaterais passaram a depender da questão das drogas: se a Colômbia quisesse boas relações ou apoio dos Estados Unidos em uma questão específica, era claro para todos que primeiro deveria ser percebido por Washington como cooperando na guerra contra as drogas.

Como aponta Fataliski (2023), iniciado sob a administração de Pastrana (1998–2002), o Plano Colômbia foi lançado como uma nova iniciativa que transformaria as relações e aumentaria significativamente o apoio financeiro. Este plano, que tinha como objetivo fundamental a interdição do fornecimento, incluía outros componentes, como a promoção da recuperação econômica e social, o fortalecimento institucional e a busca por soluções políticas—em vez de militares—para os conflitos colombianos.

Neste ponto, Bogotá se tornou a maior receptora de ajuda dos EUA no Hemisfério Ocidental, e a quinta maior do mundo, recebendo mais de US\$ 3,3 bilhões entre 2000 e 2004. Apenas 18% desse valor foi destinado a usos não militares, como promover justiça social e econômica.

Claramente, então, o principal foco do Plano era a redução de narcóticos ilícitos e a melhoria da segurança para que isso fosse feito de maneira mais eficaz. O problema continuava sendo enquadrado como uma questão do lado da oferta, e a Colômbia mais uma vez se tornou um 'parceiro' na guerra, devido à disposição de Pastrana em cooperar e ajudar a resgatar a imagem de Washington por meio da inclusão do 'lado suave' do plano.

A cooperação floresceu mais uma vez entre os dois países à medida que o Plano Colômbia entrava em pleno vigor, com esforços para reduzir o cultivo de coca, incluindo a erradicação aérea, e propostas para o desenvolvimento alternativo. O presidente Álvaro Uribe, que exerceu mandatos consecutivos de 2002 a 2006 e de 2006 a 2010, conquistou particular favor em Washington, pois implementou políticas que favoreciam a interdição do fornecimento e continuou a impulsionar o Plano agressivamente.

A administração Uribe assinou ainda o Acordo de Cooperação de Defesa EUA-Colômbia em 2009, o qual permitiria aos "Estados Unidos o acesso a sete instalações militares na Colômbia para realizar operações conjuntas de combate a narcóticos e anti-terrorismo por um período de 10 anos". No entanto, a Suprema Corte colombiana decidiu que o acordo era inconstitucional. O Plano Colômbia, portanto, representou um compromisso renovado, de ambos os lados, para erradicar as drogas na origem, demonstrando que, uma vez que os governos cumprissem as condições de interdição internacional estabelecidas por Washington, seriam tratados como parceiros bem-vindos na guerra contra as drogas.

Apesar de um relacionamento flutuante entre os dois países, os EUA garantiram a conformidade com sua política antidrogas, seja com incentivos ou com coerção. Essencialmente, travar uma guerra contra a oferta de drogas também significava pressionar qualquer país ou ator dentro de um país que estivesse no caminho.

A Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia, em seu relatório de 2009, argumentou que as políticas proibicionistas, centradas na erradicação da produção, na interrupção do fluxo de drogas e na criminalização do consumo, não resultaram na redução esperada do fornecimento de drogas:

A Colômbia é um exemplo claro das limitações das políticas repressivas promovidas globalmente pelos Estados Unidos. A Colômbia implementou todas as medidas concebíveis para combater o tráfico de drogas em um esforço maciço cujos benefícios não foram proporcionais à imensa quantidade de recursos investidos e aos custos humanos envolvidos. Apesar dos significativos avanços do país no combate aos cartéis de drogas e na redução dos níveis de violência e criminalidade, as áreas de cultivo ilegal estão novamente se expandindo, assim como o fluxo de drogas provenientes

da Colômbia e da região andina (COMISSÃO LATINO-AMERICANA SOBRE DROGAS E DEMOCRACIA, 2009).

De acordo com o relatório de 2008 do GAO, pouco mais de 6 bilhões de dólares foram gastos no Plano Colômbia, mas as metas de redução das drogas ainda não haviam sido alcançadas, o que demonstra que os recursos investidos na Guerra contra as Drogas foram desproporcionais aos resultados obtidos (UNITED STATES GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE, 2008).

Como consequência, a soberania colombiana foi parcialmente limitada, uma vez que decisões fundamentais para o futuro do país eram fortemente condicionadas pelas expectativas e pelos interesses externos.

Essa dinâmica também gerou críticas internas e regionais, levantando preocupações sobre a autonomia do Estado colombiano e sobre os custos sociais e políticos de uma relação tão assimétrica. No plano interno, a militarização resultante da influência norte-americana exacerbou os impactos do conflito armado, contribuindo para deslocamentos forçados, violações de direitos humanos e o enfraquecimento de comunidades locais. No âmbito regional, a atuação dos Estados Unidos como um "ator do espaço doméstico" foi percebida como uma forma de intervenção, reforçando tensões geopolíticas na América Latina.

Essa relação continua sendo um exemplo emblemático de como questões de segurança podem reconfigurar os limites entre os espaços doméstico e internacional

Nesse contexto, Guáqueta (2006) argumenta que os Estados Unidos passaram a desempenhar um papel que transcende as fronteiras tradicionais das relações internacionais, atuando como um verdadeiro "ator do espaço doméstico" colombiano. Essa influência foi especialmente evidente na formulação e execução das políticas de segurança do país, que passaram a ser moldadas em grande medida pelos interesses estratégicos de Washington.

A atuação dos Estados Unidos como um ator doméstico implicou uma profunda ingerência em questões internas da Colômbia, particularmente no âmbito da guerra contra as drogas e no combate às insurgências armadas, como as FARC e o ELN. O fortalecimento das forças militares e policiais colombianas, financiado e treinado com apoio norte-americano, transformou a segurança interna em uma extensão das

prioridades dos Estados Unidos. Isso não apenas reforçou a dependência estrutural do governo colombiano em relação ao auxílio externo, mas também contribuiu para a militarização das políticas públicas no país.

Além disso, essa atuação gerou um impacto significativo na configuração das prioridades do Estado colombiano. O combate ao narcotráfico e aos grupos armados passou a ocupar o centro da agenda nacional, enquanto outras áreas críticas, como desenvolvimento rural, redução da desigualdade e fortalecimento das instituições democráticas, foram relegadas a um segundo plano. A influência norte-americana também moldou a percepção de ameaças internas e a maneira como o governo colombiano as enfrentava, consolidando uma visão predominantemente militarizada para lidar com problemas de segurança que, em muitos casos, também tinham raízes socioeconômicas.

Dentro deste enquadramento, o governo de Álvaro Uribe na Colômbia, durante os mandatos presidenciais de 2002 a 2010, foi marcado por uma intensa ofensiva contra o narcotráfico e grupos guerrilheiros como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Uribe adotou uma abordagem militarizada e de mão dura em relação ao combate ao tráfico de drogas e ao terrorismo, buscando fortalecer as instituições de segurança e promover uma política de "segurança democrática". É possível observar um alinhamento com as estratégias estadunidenses e, por consequência, a presença do país norte-americano se torna mais forte na região Norte-andina.

O conflito colombiano tem suas raízes nas desigualdades sociais e econômicas que marcaram o país desde o início do século XX. A concentração fundiária, combinada com a ausência de políticas eficazes de reforma agrária, gerou tensões nas áreas rurais. Foi nesse cenário que as FARC emergiram em 1964, inicialmente como um movimento camponês de inspiração marxista-leninista, com o objetivo de promover uma redistribuição de terras e combater as desigualdades estruturais.

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) foram fundadas em 1964 como uma organização guerrilheira de inspiração marxista-leninista, com o objetivo inicial de combater as desigualdades sociais e econômicas no país. O contexto de exclusão rural, concentração de terras e repressão estatal motivou a

criação da FARC, que buscava implementar um modelo socialista, redistribuir terras e combater o que consideravam ser a exploração das classes trabalhadoras pelo sistema capitalista vigente.

Ao longo das décadas, a FARC se expandiu, tornando-se a maior organização guerrilheira da Colômbia e uma das mais notórias da América Latina. Sua estrutura hierárquica era bem definida, com frentes de combate espalhadas por todo o território colombiano e um comando central responsável pela direção estratégica. Além das operações militares, a FARC estabeleceu uma rede de apoio nas áreas rurais, onde exerceu um papel similar ao de um governo paralelo, cobrando impostos, administrando disputas locais e impondo sua autoridade.

Embora tenha nascido com objetivos políticos, a FARC passou a depender fortemente de atividades ilícitas para financiar sua luta armada, com destaque para o narcotráfico. A organização esteve diretamente envolvida em todas as etapas da cadeia produtiva da cocaína, desde o cultivo de coca até a produção e distribuição da droga, o que representava a maior parte dos 600 milhões de dólares anuais arrecadados. Além disso, a FARC também utilizava outros meios de financiamento, como sequestros, extorsões e contrabando. A crescente relação com o narcotráfico não apenas fortaleceu financeiramente a organização, mas também intensificou o conflito interno colombiano. Essa relação tornou a FARC um dos principais alvos da política norte-americana de combate às drogas, especialmente com o apoio dos EUA por meio do Plano Colômbia, que visava combater o narcotráfico e enfraquecer grupos guerrilheiros.

O Plano Colômbia, ao se concentrar na militarização do combate às FARC, levou a uma escalada da violência, consolidando a narrativa de que a guerrilha estava irremediavelmente ligada ao crime, o que reduziu sua legitimidade política tanto no cenário nacional quanto internacional. Além das ações relacionadas ao narcotráfico, a FARC também foi responsável por uma série de abusos, como atentados, assassinatos, recrutamento forçado de menores e deslocamento forçado de populações, o que resultou em condenações por parte de organizações de direitos humanos e da comunidade internacional.

Apesar das diversas tentativas de negociação de paz, como as lideradas por Belisario Betancur nos anos 1980 e pelos governos de César Gaviria e Andrés Pastrana nos anos 1990, os diálogos falharam, principalmente devido à continuidade do narcotráfico e aos conflitos armados, além da falta de compromisso de ambas as partes. No entanto, foi no governo de Álvaro Uribe, que iniciou seu mandato em 2002, que houve uma intensificação na luta contra a guerrilha e o narcotráfico. Durante esse período, a Colômbia recebeu um apoio significativo dos Estados Unidos, que estreitaram ainda mais as relações bilaterais, principalmente por meio do Plano Colômbia. Esse plano ofereceu assistência militar e econômica, incluindo o treinamento e o fornecimento de equipamentos para as forças de segurança colombianas, além de operações conjuntas entre os dois países.

O governo de Uribe, com seu enfoque rigoroso e militarizado, obteve resultados significativos no combate aos grupos guerrilheiros, como as FARC, reduzindo a criminalidade e enfraquecendo a organização. Contudo, as políticas implementadas durante seu mandato também geraram uma série de críticas, principalmente no que tange ao impacto sobre os direitos humanos. Alegações de violações cometidas por forças de segurança colombianas e paramilitares, bem como a militarização excessiva, estiveram no centro das discussões. Além disso, a falta de uma abordagem integrada para lidar com as causas subjacentes do narcotráfico — como a pobreza, a desigualdade e a falta de oportunidades econômicas — gerou um debate importante sobre a eficácia e a sustentabilidade das políticas adotadas.

Em resumo, o governo de Álvaro Uribe desempenhou um papel crucial na luta contra o narcotráfico e os grupos guerrilheiros, adotando uma abordagem militarizada, com o apoio dos Estados Unidos. No entanto, os impactos dessa estratégia, tanto em termos de direitos humanos quanto na falta de soluções duradouras para as causas estruturais do narcotráfico, são temas que exigem uma análise mais aprofundada. A militarização excessiva e a dependência de políticas punitivas, sem um foco no desenvolvimento social e econômico, podem ser apontadas como limitações significativas dessa abordagem.

4 O ACORDO COM AS FARCS

O governo de Álvaro Uribe (2002-2010) foi marcado por uma estratégia de militarização intensiva na luta contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), como parte de sua política de "Segurança Democrática". Essa abordagem priorizou o enfrentamento armado direto, o fortalecimento das forças de segurança e uma cooperação estreita com os Estados Unidos, especialmente por meio do Plano Colômbia. Essa iniciativa internacional foi fundamental para a aquisição de equipamentos bélicos, treinamento militar e financiamento de operações contra a guerrilha.

Os resultados dessa estratégia foram significativos. Houve uma redução expressiva das áreas controladas pelas FARC, a desmobilização de milhares de combatentes e operações emblemáticas, como a libertação de reféns em 2008, entre os quais estava Ingrid Betancourt. Apesar desses avanços, a política de militarização trouxe controvérsias, sobretudo devido às violações de direitos humanos, como os chamados *falsos positivos* – casos em que civis foram mortos pelas forças de segurança e apresentados como guerrilheiros abatidos em combate para inflar resultados de operações.

A estratégia militar liderada pelos EUA, especialmente sob o governo de Álvaro Uribe (2002-2010), visava a erradicação das guerrilhas e a destruição das redes de narcotráfico. Embora esse foco tenha enfraquecido as FARC militarmente, também criou um contexto em que as guerrilhas foram forçadas a buscar alternativas para se financiar e manter sua presença, o que resultou em mais violência e o crescimento de outros grupos criminosos. Essa dinâmica de repressão militar criou uma situação em que o diálogo e a negociação se tornaram mais necessários, mas também mais complexos.

Embora os Estados Unidos não tenham desempenhado um papel direto nas negociações do Acordo de Paz de 2016 entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), seu envolvimento no processo de paz na Colômbia é significativo de várias maneiras. Foi através da securitização do tema, militarização excessiva e cultivação de um ambiente de conflito que foram observadas diversas consequências como: Deslocamento Forçado e Violação de Direitos Humanos; Militarização das Regiões Rurais e Conflito e Violência.

A militarização do conflito e a ênfase em uma abordagem punitiva ao narcotráfico, sem a devida integração com políticas sociais e de desenvolvimento, limitaram o sucesso da estratégia a longo prazo e prolongaram a instabilidade e a desigualdade no país.

Segundo o CODHES (Boletim nº 58, 2005, p. 2), por exemplo, "o deslocamento forçado seguiu emergindo como o ponto débil de uma política de segurança do governo que não é 'para todos' porque não representa nenhum alívio para milhares de pessoas humildes das zonas rurais e de pequenos municípios do país, que têm sido deslocados, por responsabilidade do Estado que não pode ou não quis protegê-los ou, o que é pior, que contribuiu para deslocá-los com suas políticas de guerra". Essa crítica evidencia o impacto desproporcional das políticas de segurança nas populações mais vulneráveis, particularmente as comunidades rurais e indígenas, que enfrentam não apenas a violência de grupos armados, mas também a omissão ou até ações diretas do Estado.

O deslocamento forçado na Colômbia é um reflexo das complexas dinâmicas do conflito armado, onde a militarização e a perseguição a grupos insurgentes frequentemente resultaram na expulsão de civis de suas terras. Essa situação demonstra uma contradição fundamental: enquanto o governo busca consolidar sua presença estatal em áreas de conflito, as políticas de combate às guerrilhas e ao narcotráfico acabam ampliando as desigualdades e o sofrimento das populações locais.

Além disso, o deslocamento forçado tem consequências sociais e econômicas duradouras. Famílias inteiras são privadas de suas casas, meios de subsistência e laços comunitários, sendo muitas vezes empurradas para as periferias das grandes cidades, onde enfrentam pobreza, marginalização e falta de acesso a serviços básicos. Essa realidade reflete a insuficiência de políticas integradas que possam abordar as causas estruturais do conflito e garantir a proteção efetiva dos direitos humanos.

Portanto, a análise do CODHES sublinha a necessidade de uma reavaliação das políticas de segurança e uma maior atenção às populações afetadas pelo conflito,

visando à construção de um modelo de segurança mais inclusivo e comprometido com a proteção de todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis.

Entre 2003 e 2007, mais de 50% dos deslocamentos forçados registrados desde 1999 foram concentrados nesse período, segundo Ibáñez (2008). Esse fenômeno reflete o agravamento do conflito armado e das políticas de segurança implementadas no contexto do governo de Álvaro Uribe (2002-2010), que priorizou ações militares contra grupos insurgentes e narcotraficantes. No total, estima-se que cerca de 3 milhões de pessoas foram deslocadas internamente apenas entre 2002 e 2010, evidenciando a escala massiva do impacto humano gerado por esse conflito.

Embora a estratégia tenha enfraquecido consideravelmente as FARC, evidenciou-se que a solução para o conflito colombiano exigia mais do que ações militares. Esse reconhecimento tornou-se evidente no governo de Juan Manuel Santos (2010-2018), sucessor de Uribe, que iniciou um processo de negociações de paz.

A assinatura do Acordo de Paz em 2016 entre o governo colombiano e as FARC representou um marco histórico. O processo de negociação, realizado em Havana, em Cuba, buscou abordar as raízes estruturais do conflito, promovendo uma transição da luta armada para um cenário de participação política e desenvolvimento social. Entre os principais pontos do acordo, destacaram-se o desarmamento e a desmobilização, conduzidos sob supervisão da ONU, que garantiram a entrega das armas pelos membros das FARC; a transformação do grupo insurgente em um partido político denominado Fuerza Alternativa Revolucionaria del Común; a proposta de uma reforma agrária, voltada para a redução das desigualdades no campo e a substituição de cultivos ilícitos; e a criação de um sistema de justiça transicional, com o estabelecimento do Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição, no qual se destacou o Tribunal Especial para a Paz (JEP), destinado a reconciliar a sociedade e responsabilizar aqueles que cometeram crimes graves.

Apesar do otimismo inicial, a implementação do acordo tem enfrentado grandes obstáculos. A persistência da violência continua sendo um dos principais desafios. Mesmo com o desarmamento das FARC, o vazio de poder deixado pelo grupo foi preenchido por dissidências, novos grupos armados e organizações criminosas que

permanecem atuando no narcotráfico e disputando territórios. Além disso, a execução de líderes sociais e ex-combatentes tornou-se uma grave preocupação. Desde a assinatura do acordo, centenas de líderes comunitários e ativistas foram assassinados, assim como ex-guerrilheiros que participaram do processo de reintegração. A falta de medidas efetivas de proteção demonstra a fragilidade do Estado em garantir a segurança dessas populações.

Outro obstáculo significativo é a persistência de desigualdades estruturais. As regiões historicamente afetadas pelo conflito continuam enfrentando pobreza extrema, falta de infraestrutura e carência de serviços básicos, o que as torna ainda mais vulneráveis à influência de atores armados. Soma-se a isso a falta de apoio político e econômico à implementação do acordo, agravada pela resistência de setores conservadores e pela limitação de recursos financeiros. Esse cenário tem comprometido a realização de medidas fundamentais, como a reforma agrária e os programas de substituição de cultivos ilícitos, dificultando a consolidação da paz e do desenvolvimento social no país.

Embora o governo de Álvaro Uribe tenha enfraquecido a capacidade militar das FARC, a estratégia de militarização não abordou as causas estruturais do conflito, como a desigualdade social e a marginalização das regiões rurais. O Acordo de Paz de 2016 representou um esforço para superar essas questões, mas sua efetividade depende de um compromisso contínuo de todas as partes envolvidas.

O processo de paz que culminou no Acordo de 2016 teve início em 2012, durante o governo de Juan Manuel Santos. Com o apoio de mediadores internacionais, como Cuba e Noruega, as negociações foram realizadas em Havana e contaram com a participação ativa de representantes das FARC e do governo colombiano. Diferentemente de tentativas anteriores, essa rodada de diálogos foi planejada com metas claras e uma agenda estruturada, abordando temas como desenvolvimento agrário, participação política, combate ao narcotráfico, direitos das vítimas e reintegração dos combatentes.

A negociação do acordo de paz entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) foi longo e complexo, envolvendo diversos desafios e reviravoltas ao longo dos anos. As primeiras tentativas de diálogo

datam de 1982, durante o governo de Belisario Betancur, quando os Acordos de la Uribe foram firmados em 1984. Apesar desses acordos iniciais, o conflito armado continuou por décadas entre o governo e a guerrilha. Em 2010, com a eleição de Juan Manuel Santos, as negociações foram retomadas, culminando na assinatura do Acordo de Paz em 2016, na cidade de Havana, Cuba. O acordo previa o desarmamento e a desmobilização das FARC, além da sua transformação em um partido político legal, incluindo também medidas de reparação às vítimas, reforma agrária e reintegração dos ex-combatentes à sociedade civil (Gladys; Adriana; Espinel; Rubio, 2022).

No entanto, apesar da assinatura do acordo, houve dissidências dentro das FARC que decidiram retomar a luta armada, alegando que o governo não cumpriu com os termos do pacto (Gutiérrez, 2020). Alguns líderes das FARC, como Iván Márquez, anunciaram o fim do cessar-fogo e o retorno à atividade guerrilheira. Portanto, o processo de paz entre o governo colombiano e as FARC, apesar de ter resultado em um acordo histórico em 2016, ainda enfrenta desafios e resistências de grupos dissidentes que não aceitaram os termos do pacto.

Um dos pontos centrais foi a redistribuição de terras e o apoio ao desenvolvimento rural, com o objetivo de enfrentar as desigualdades que alimentaram o conflito. Foi acordado que os ex-guerrilheiros teriam o direito de formar um partido político e participar do processo eleitoral, resultando na criação da Força Alternativa Revolucionária do Comum. O acordo previu iniciativas para substituir os cultivos de coca por alternativas legais, com o apoio financeiro e técnico do governo. Um sistema de justiça transicional foi implementado, incluindo a Comissão da Verdade e o Tribunal Especial para a Paz, para garantir a responsabilização e a reparação. Também foi estabelecido um cronograma para a entrega das armas e a reintegração dos combatentes à sociedade.

Os dissidentes das FARC, liderados por Iván Márquez, anunciaram um regresso à luta armada, citando a traição do governo ao Acordo de Paz como justificção para as suas ações, marcando um revés significativo para o processo de paz na Colômbia.

Apesar de seu caráter histórico, o acordo enfrentou forte resistência de setores políticos, especialmente do ex-presidente Álvaro Uribe, que criticou as concessões feitas às FARC. O plebiscito realizado em 2016 para ratificar o acordo foi rejeitado pela população por uma margem estreita, levando à revisão de algumas cláusulas antes de sua aprovação final pelo Congresso.

Neste contexto, torna-se evidente que a desmobilização das FARC foi apenas o primeiro passo em um longo caminho para a reconciliação nacional. O sucesso pleno do Acordo de Paz dependerá não apenas de sua implementação técnica, mas também da capacidade da Colômbia de promover transformações profundas em suas estruturas sociais e econômicas, consolidando um futuro mais justo e pacífico.

A paz na Colômbia exige uma abordagem integrada, que vá além da repressão militar e priorize o fortalecimento institucional, a promoção da justiça social e o desenvolvimento econômico inclusivo. A construção de uma paz sustentável demanda ações coordenadas do governo, da sociedade civil e da comunidade internacional para assegurar que os benefícios do processo de paz sejam sentidos, especialmente nas áreas mais afetadas pelo conflito.

5 CONCLUSÃO

O impacto da centralidade da guerra contra as drogas na relação bilateral entre Colômbia e Estados Unidos, conforme analisado por Crandall (2004), foi profundo e multifacetado, trazendo consequências políticas, econômicas e sociais significativas para a Colômbia. Ao subordinar as relações bilaterais à cooperação antidrogas, os Estados Unidos condicionaram seu apoio ao país a uma agenda prioritariamente militar e repressiva, que teve efeitos de longo alcance.

No âmbito político, essa dependência reduziu a autonomia da Colômbia na formulação de políticas públicas, obrigando o governo colombiano a alinhar-se às diretrizes norte-americanas para manter o fluxo de recursos e assistência técnica. Isso consolidou a influência de Washington na política interna colombiana, frequentemente priorizando os interesses estratégicos dos Estados Unidos em detrimento das necessidades locais. Além disso, ao focar na cooperação antidrogas como elemento central da parceria, questões importantes como direitos humanos, justiça social e desenvolvimento sustentável foram relegadas a um segundo plano.

Economicamente, o financiamento massivo por meio do Plano Colômbia e de outros programas de cooperação foi direcionado predominantemente para o setor militar e de segurança. Entre 2000 e 2006, cerca de 80% dos recursos destinados ao Plano Colômbia foram utilizados para fortalecer as forças armadas e apoiar operações de erradicação forçada de cultivos ilícitos. Contudo, a aplicação desses recursos teve impactos limitados na redução do tráfico de drogas e pouco contribuiu para o desenvolvimento de alternativas econômicas viáveis para as populações rurais, que continuaram vulneráveis à economia do narcotráfico.

Socialmente, a implementação de políticas repressivas resultou em sérias consequências humanitárias. Rashid (2023), aponta que a erradicação de cultivos ilícitos, por exemplo, afetou de maneira desproporcional comunidades campesinas e indígenas, que dependiam desses cultivos para sua subsistência. As operações de fumigação aérea, realizadas como parte da estratégia de combate ao narcotráfico, frequentemente destruíam plantações lícitas, contaminavam fontes de água e prejudicavam a saúde da população local. Além disso, o foco militarizado exacerbou os conflitos armados no país, com o aumento da violência contra civis, deslocamentos forçados e violações de direitos humanos.

Regionalmente, essa relação gerou tensões com outros países sul-americanos, que viam o aumento da presença militar norte-americana na Colômbia como uma forma de ingerência estrangeira na região. A militarização das políticas antidrogas também contribuiu para a percepção de que a guerra contra as drogas não era apenas uma questão doméstica, mas parte de uma estratégia geopolítica dos Estados Unidos para consolidar sua influência na América Latina.

Em síntese, a dependência colombiana do apoio norte-americano no contexto da guerra contra as drogas moldou profundamente o cenário político e social do país, enquanto os resultados efetivos na redução do narcotráfico permaneceram limitados. Essa relação evidenciou os desafios de equilibrar interesses externos e necessidades internas, levantando críticas sobre a sustentabilidade e a legitimidade de uma política orientada predominantemente pela lógica da repressão.

REFERÊNCIAS

- BEITTEL, June S. **Colombia: Issues for Congress**. Washington: Congressional Research Service, 2011.
- BERTRAM, Eva; BLACHMAN, Morris; SHARPE, Kenneth; ANDREAS, Peter. *Drug War Politics: The Price of Denial*. Los Angeles: University of California Press, 1996.
- BIGO, Didier (org). **Illiberal Practices of Liberal Regimes: the (in)security games**. Paris: L'Harmattan, 2008.
- BIGO, Didier. "Security and Immigration: Toward a Critique of the Governmentality of Unease." In: **Alternatives: Global, Local, Political**, v. 27, n. 1, 2002.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- CODHES. La política del avestruz. **Boletim** n. 58. Bogotá, Colômbia, maio. 2005.
- COLETTA, Nancy; ROSIN, Aileen (ed.). **Drugs and democracy in Latin America: the impact of US policy**. [S. l.], Lynne Rienner Pub, 2004.
- COMISSÃO LATINO-AMERICANA SOBRE DROGAS E DEMOCRACIA. *Drugs and democracy: toward a paradigm shift*. Statement by the Latin American Commission on Drugs and Democracy. 2009.
- CLOSS, Marília Bernardes. **Narcotráfico e violência na Colômbia: uma análise a partir dos processos sociais e políticos do estado colombiano (1970-2000)**. ENCONTRO ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 6., 25 a 28 de jul. 2017, Rio de Janeiro. 2017. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017. P. 1-18.
- D'ALAMA Luna. Brasil é o segundo maior consumidor de cocaína e derivados, diz estudo. **G1**, Rio de Janeiro, 24 set. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2012/09/brasil-e-o-segundo-maior-consumidor-de-cocaina-e-derivados-diz-estudo.html>. Acesso em: 3 out. 2024.
- FATALSKI, Marcin. Plan Colombia: Towards New US State Building Policy. **Politeja**, [S. l.], v. 19, 2023.
- FILHO, Argemiro Procópio; VAZ, Alcides Costa. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. **Rev. Bras. Polít. Int.** Brasília, v.40 n.1, jan./jun. 1997.

GONÇALVES, Thiago de Oliveira. **Regime internacional proibicionista e política externa norte-americana como determinantes da securitização do problema das drogas no Brasil**. 2016. Dissertação (Mestrado em ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GLADYS, A.; ESPINEL, A. E RUBIO, A. Os conceitos de paz no acordo entre o governo e as FARC na Colômbia: Uma análise a cinco anos da firma. **Revista Boletín Redipe**, P. 590-602, 2022.

HYLTON, Forrest. **A Revolução Colombiana**. São Paulo: Unesp, 2007.

KEOHANE, Robert O. **After hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KRAUSE, Klaus; BÜHRER, Sebastian. "Securitization and the State: The Case of Colombia." **Security Dialogue**, [S. l.], v. 36, n. 2, 2005.

LEÓN, Ricardo. Fuego cruzado en el Putumayo: mafias de narcos colombianos dominan la frontera con Perú. **El Comercio**, 2023. Disponível em: <https://especiales.elcomercio.pe/?q=especiales/fuego-cruzado-en-la-frontera-del-putumayo-ecpm/index.html>. Acesso em: 11 nov. 2024.

LINO, Katharyna Ramos. **A escola de Copenhague e o processo de dessecuritização das FARC**. 2021.

LIPSCHUTZ, Ronnie D. *On Security*. In: LIPSCHUTZ, Ronnie D. (ed.). **On Security**. New York: Columbia University Press, 1995. p. 1–23.

MAVRELLIS, Channing . *Transnational Crime and the Developing World*. Washington, D.C., 2017. **GLOBAL FINANCIAL INTEGRITY**, 27 mar. 2017. Disponível em: <https://gfintegrity.org/report/transnational-crime-and-the-developing-world/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

McGIRR, Lisa. **The War on Alcohol: Prohibition and the Rise of the American State**. New York: W. W. Norton & Company, 2015.

OJEDA PÉREZ, Robert Manuel; MARTÍNEZ CRUZ, Elizabeth. **Relaciones entre Colombia y sus vecinos frente a la ayuda internacional**. Revista de Investigación em Educación Militar, Bogotá, v. 1, n. 1, 2020.

PLAN Colombia. Washington, DC: United States Government Accountability Office, 2008. **GAO**. Report to the Honorable Joseph R. Biden, Jr., Chairman, Committee on Foreign Relations, US Senate. GAO-9-71.

RASHID, M. T. American war on drugs and narcotics in Central America: *a case study of Columbia*. **Pakistan Journal of Humanities & Social Sciences Research**, 2023.

RICHARD NIXON FOUNDATION. President Nixon declares drug abuse "Public enemy number one", 1971. 1 vídeo. 4 min. Disponível em:

RON, James. "The Politics of the Drug War in Colombia." **Latin American Politics and Society**, [S. l.], v. 47, n. 1, 2005.

TANNO, Grace. A contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 47-80, jan./jun. 2003.

UNITED STATES GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE. Plan Colombia: drug reduction goals were not fully met, but security has improved; US agencies need more detailed plans for reducing assistance. October 2008. Disponível em: <http://www.gao.gov/assets/290/282511.pdf>.

WAEVER, Ole. "Securitization and Desecuritization." *In*: LIPSCHUTZ, Ronnie D. **On Security**. New York: Columbia University Press, 1995.